

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 559-A, DE 1999

Isenta os aposentados do pagamento de pedágio nas rodovias federais.

Autor: Deputado FERNANDO ZUPPO

Relator: Deputado GONZAGA PATRIOTA

I - RELATÓRIO

Em exame o Projeto de Lei nº 559-A, de 1999, elaborado pelo Deputado Fernando Zuppo. Trata-se de iniciativa que tem por finalidade conceder a aposentados isenção de pagamento de pedágio em rodovias federais.

De acordo com o autor, a isenção proposta se justifica em função dos valores insignificantes das aposentadorias concedidas no país, os quais tornam proibitiva a utilização de rodovias onde há cobrança de pedágio.

A proposição foi analisada inicialmente pela Comissão de Seguridade Social e Família, que manifestou-se favoravelmente à aprovação da matéria, observada a inclusão de texto de emenda que prevê a regulamentação da lei pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias, contado da data de publicação da mesma.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A concessão de isenção ou redução de tarifa de pedágio a qualquer categoria de profissionais ou a determinado segmento da população, ainda que por intermédio de norma legal, implica na revisão do contrato de concessão, a fim de restituir seu equilíbrio econômico-financeiro. Ou seja, o bônus que se concede a um grupo restrito de indivíduos redundará, invariavelmente, em ônus para o restante dos usuários.

No âmbito desta Comissão, não teríamos condições de avaliar o grau de elevação das várias tarifas básicas de pedágio em vigor para fazer face à gratuidade oferecida às pessoas aposentadas. Embora modesto, certamente, o aumento significaria custo totalmente evitável para as empresas de transporte rodoviário de cargas, que o repassariam ao restante da cadeia produtiva, onerando o preço dos produtos oferecidos ao consumidor final.

Outro aspecto a ser considerado é a quebra na equanimidade de tratamento relativa à cobrança de pedágio. Com todo o respeito que merecem os cidadãos aposentados, quem poderá dizer que se trata do segmento mais sacrificado com a instituição de pedágios em algumas rodovias? Não haverá outros grupos que se sentirão no direito de pleitear tratamento análogo? Como agir com total isenção na análise dessas reivindicações? Parece-nos mais prudente, salvo melhor juízo, continuar praticando a universalidade na cobrança das tarifas de pedágio: todos pagam - quem usa mais, paga mais; quem usa menos, paga menos (obviamente, levando-se em conta as várias categorias de veículos e seus diferentes potenciais de dano ao pavimento).

Sob nosso ponto de vista, vincular aposentadoria com incapacidade de pagamento por serviços públicos (ainda que concedidos) é atitude extremamente temerária, na medida em que não há necessariamente uma relação de causa e efeito envolvida na questão. Há uma significativa parcela das pessoas aposentadas que têm condição de arcar com o pagamento das tarifas de pedágio, tanto quanto qualquer dos demais usuários. Em realidade, é de se esperar que a pessoa aposentada capaz de possuir um automóvel de passeio reúna condições financeiras para fazer face a essa despesa eventual. Já o aposentado que não é proprietário de automóvel e necessita viajar de ônibus pelas estradas do país, este não será beneficiado com a gratuidade que se pretende instituir. Acreditamos, mesmo, que será prejudicado, uma vez que as

tarifas do transporte intermunicipal e interestadual poderão sofrer algum acréscimo por conta da elevação do valor da tarifa de pedágio, necessária para a restituição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, como já comentado.

Todas essas considerações, enfim, levam-nos a votar pela rejeição do Projeto de Lei nº 559-A, de 1999, e, conseqüentemente, pela rejeição da emenda apresentada na Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado GONZAGA PATRIOTA
Relator